

**HABEAS CORPUS Nº 493.086 - MG (2019/0040406-7)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE : JOÃO INÁCIO DA SILVA NETO**  
**ADVOGADO : JOAO INACIO DA SILVA NETO - MG045287B**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**  
**PACIENTE : WALTER DOMINGOS TAGLIATI**  
**PACIENTE : ANA CAROLINA TAGLIATI BITENCOURT**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de WALTER DOMINGOS TAGLIATI e ANA CAROLINA TAGLIATI BITENCOURT, apontando como autoridade coatora Desembargadora do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no julgamento do HC n. 1002381-32.2019.4.01.0000.

Noticiam os autos que os pacientes foram intimados para audiência admonitória, a fim de que iniciem a execução provisória da reprimenda que lhes foi cominada.

Inconformada, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cujo pedido liminar foi indeferido pela Relatora.

Sustenta o impetrante que não seria possível o cumprimento provisório da sentença.

Afirma que a defesa interpôs recurso especial contra o acórdão proferido no julgamento da apelação, o que impediria a execução provisória da sanção imposta aos réus.

Requer, liminarmente, a suspensão da audiência admonitória marcada para o dia 21.2.2019, e, no mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja garantido aos pacientes o direito de não serem coagidos a cumprir pena antes do trânsito em julgado do édito repressivo.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça "*firmou entendimento no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere liminar, a não ser em hipóteses excepcionais, quando demonstrada flagrante ilegalidade, a teor do disposto no enunciado da Súmula 691 do STF*" (AgRg no HC 481.356/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 19/12/2018).

E, da análise da documentação acostada, verifica-se que não está caracterizada flagrante ilegalidade suficiente para superar o óbice do referido enunciado sumular, tendo em vista que a decisão objurgada não se mostrou teratológica, restando fundamentada a negativa do pleito liminar.

Com efeito, a Desembargadora Relatora não vislumbrou "*a existência de teratologia ou manifesta ilegalidade na decisão que determinou a execução provisória de sentença condenatória confirmada pelo tribunal de apelação que justifique o deferimento do pedido formulado nesta sede primeira e precária de cognição sumária*", uma vez que "*reina no âmbito dos nossos Tribunais Superiores o entendimento de que a sentença penal condenatória confirmada pelo tribunal de apelação respectivo pode ser executada provisoriamente, conforme ocorrente na espécie*" (e-STJ fl. 6).

Desta forma, não se constata qualquer vício na negativa do pleito liminar formulado no *mandamus* originário, sendo certo que o revolvimento das questões nele

aventadas e aqui reiteradas certamente acarretaria a indevida supressão de instância, pois serão alvo de exame oportuno na Corte de Justiça indicada como coatora quando do julgamento do seu mérito.

Ademais, verifica-se que a impetração veio instruída apenas com cópia da decisão impugnada e do recurso especial interposto pela defesa, inexistindo quaisquer outros documentos que permitam a compreensão adequada da controvérsia, o que reforça a impossibilidade de conhecimento do presente *mandamus*.

Como é cediço, o rito do *habeas corpus* e do recurso ordinário em *habeas corpus* pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a parte demonstrar, de maneira inequívoca e tempestiva, por meio de documentação que evidencie a pretensão aduzida, a existência do aventado constrangimento ilegal, ônus do qual não se desincumbiu a defesa, exercida por profissional da advocacia.

Nessa direção, orienta-se a jurisprudência pacífica desta colenda Corte Superior de Justiça:

*RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. (...) PRISÃO PREVENTIVA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. INVIABILIDADE DE COMPLETO EXAME DA MATÉRIA. (...) RECURSO DESPROVIDO.*

*(...)*

*2. Não tendo a defesa trazido aos autos cópia integral da decisão que homologou a prisão em flagrante e a converteu em preventiva, resta inviável o completo exame da matéria. É de se ressaltar que o rito do habeas corpus pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a parte demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos, a existência de constrangimento ilegal imposto ao paciente.*

*(...)*

*7. Recurso desprovido.*

*(RHC 89.158/BA, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 16/02/2018)*

*PROCESSUAL PENAL E PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS.*

*TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE CÓPIA DO ACÓRDÃO IMPUGNADO. PROVA DEVE SER PRÉ-CONSTITUÍDA.*

*IMPOSSIBILIDADE DE PROSSEGUIR NA ANÁLISE DO PLEITO. VEDAÇÃO À SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.*

*1. É pacífico o entendimento desta Corte Superior que o habeas corpus, porquanto vinculado à demonstração de plano de ilegalidade, não se presta a dilação probatória, exigindo prova pré-constituída das alegações, sendo ônus do impetrante trazê-la no momento da impetração, máxime quando se tratar de advogado constituído.*

*2. Agravo regimental improvido.*

*(AgRg no HC 390.108/RJ, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 28/03/2017, DJe 04/04/2017)*

# *Superior Tribunal de Justiça*

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **indefere-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator

